

FACTO

ABIFINA

ANO I • NOV/DEZ • 2006 • Nº 4

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades

Falta chamada

Falta chamada



O que esperar para 2007?



Centro de Informação para Inovação

O Cipi-qf é um centro especializado na busca, tratamento e divulgação de informações relevantes para o processo de inovação nas empresas, sejam elas de natureza tecnológica ou mercadológica. O Cipi-qf foi criado para auxiliar micro, pequenas e médias empresas atuantes no campo da química fina e da biotecnologia a se capacitarem para inovar, aproveitando as oportunidades criadas pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo brasileiro.

Conheça nossos produtos e serviços:

- Alerta Patente
- Banco de Dados Especializado
- Estatísticas
- Busca Patente
- Busca Pedido
- Estudos de Patenteabilidade
- Treinamento Especializado

CIPi-qf

www.cipi-qf.org.br
(21) 3077.0800

Uma iniciativa da
ABIFINA, PROTEC
e IPD-Farma, com
apoio financeiro do
CNPq/MCT e Sebrae.

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Cesar Auvray Guedes
 1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-Presidente de Estudos e Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-Presidente: Kurt Politzer
 Vice-Presidente: Dante Alario Junior
 Vice-Presidente: Carlos Alberto Studart
 Vice-Presidente: Alberto Ramy Mansur
 Diretor de Comércio Exterior: José Alberto de Senna
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Nicolau Pires Lages
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 Humberto Amaral
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Antônio Salustiano Machado
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Fernando Cesar Barbosa

Conselheiros Beneméritos

Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda)
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica Nacional S/A)
 Isaac Plachta (IQT Indústrias Químicas Taubaté S/A)
 Luiz Cesar Auvray Guedes (Milenia Agro Ciências S/A)
 Pedro Wongtschowski (Oxiten S/A Indústria e Comércio)
 Pietro Carlos Monaco (FCC Fábrica Carioca de Catalisadores S/A)
 Virgílio Cesar Vicino (Agricur Defensivos Agrícolas Ltda)

Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
 Luiz Claudio Barone
 José de Freitas Mascarenhas
 Fernando de Castro Marques
 Alcebiades de Mendonça Athayde
 Jorge Alberto Vieira Studart
 Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni
 Josimar Henrique da Silva
 Fernando Steele Cruz
 Manoel Zauberman

Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioly
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
Novos números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

No último Encontro Empresarial Abifina do ano, empresários e especialistas analisaram a situação da química fina em 2006 e discutiram cenários para a indústria e a política macroeconômica em 2007.



Em debate com os participantes do Encontro Empresarial, a economista Lídia Goldenstein afirmou que só a pressão da sociedade organizada poderá recolocar a economia na direção do desenvolvimento sustentável.

As semelhanças e diferenças entre as políticas de propriedade intelectual implementadas na agricultura e na indústria de medicamentos são analisadas por Sérgio Paulino de Carvalho, Claudia Ines Chamas e Antônio Márcio Buainain.

EDITORIAL	04
ENCONTRO EMPRESARIAL	06
ENTREVISTA	12
ARTIGO	15
ABIFINA COMENTA	16
PAINEL DO ASSOCIADO	18
ARTIGO CÍCERO GONTIJO	20
XXXXXX	23
ABIFINA EM AÇÃO	24
PERFIL EMPRESA	26

FACTO ABIFINA

ANO 1 • NOV/02 • 2006 • Nº 4
 Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Falta chamada

Falta chamada

O que esperar para 2007?



Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Somente resta fazer acontecer



Nelson Brasil de Oliveira
Vice-presidente da ABIFINA

O governo Lula, instalado em janeiro 2003, criou uma expectativa amplamente favorável ao seu desenvolvimento futuro após despender quinze meses para ouvir e atender reclamos que eram apresentados pela comunidade empresarial nacional desde os anos 90, no sentido de levar o poder executivo a formular políticas públicas visando à retomada da industrialização do país. Esse processo foi bruscamente interrompido por marcantes retrocessos após a ingênua abertura econômica feita pelo Brasil sob estímulo do Consenso de Washington - cartilha fielmente seguida pela América Latina que prescrevia redução das tarifas de importação, apreciação cambial e elevação das taxas de juros.

Em 31 de março de 2004 foi anunciada, pelo Ministro Luiz Fernando Furlan, uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o Brasil, contendo clara definição de metas e da metodologia para a sua implantação, bem como identificando quatro setores considerados como estratégicos para o alcance de tais objetivos, dentre eles o de fármacos e medicamentos.

Com o objetivo de definir os instrumentos de políticas públicas que seriam utilizados nesse sentido, foram criados pelo governo federal diversos Fóruns de Competitividade de Cadeias Produtivas

- dentre eles o de agroquímicos e o de fármacos/medicamentos, representados por ministérios diretamente envolvidos no assunto e por entidades do setor empresarial privado.

Em meados de 2005 esses dois fóruns já haviam equacionado os principais problemas que impedem o crescimento da indústria e já tinham definidas as medidas que deveriam ser implantadas pelo governo para o desenvolvimento competitivo do país nessa área.

Decorridos doze meses da conclusão desse exaustivo trabalho, é extremamente reduzido o elenco das ações definidas naquele contexto que tiveram sua implantação efetivada. Algumas até mesmo foram implantadas no sentido oposto ao estabelecido em tais fóruns, como ilustrado a seguir:

1. O sistema tarifário de produtos importados no mundo inteiro é usado para proteger o fabricante doméstico, no máximo sendo usado como instrumento de barganha em negociações internacionais - assim mesmo visando concessões recíprocas. No Brasil, as alíquotas de importação de defensivos agrícolas fabricados no país foram unilateralmente reduzidas para atender uma visão maniqueísta da área econômica do governo, incentivando a importação de produtos fabricados no exterior e criando empregos e renda lá fora. Inversamente, há casos de produtos químicos não fabricados no País para os quais o governo não atende pleitos de redução da tarifa de importação alegando que somente adota medidas nesse sentido quando o custo do insumo importado represente elevado valor no custo total de fabricação do produto no país. Dois critérios opostos e contrários à política industrial.

2. A utilização do sistema de preços de transferência nas relações entre subsidiária e matriz estrangeira como instrumento destinado a fomentar a agregação de valor nos processos produtivos instalados no Brasil, a despeito de diversos alertas do setor privado, continua a ser aplicado no sentido inverso da política industrial, ou

seja, tributam-se mais as matérias-primas do que os produtos delas derivados, num claro incentivo às importações de produtos fabricados no exterior.

3. O registro sanitário de defensivos agrícolas destina-se a proteger o cidadão contra eventual comercialização de produtos agroquímicos sem a qualidade requerida para consumo humano ou agressão ao meio ambiente. O poder executivo brasileiro, no entanto, vem promovendo a incorporação de determinados procedimentos para o registro que não guardam correspondência com outras nações e introduzem critérios sem fundamentação técnica para sua aplicação. É o caso específico da regra de registro do produto formulado com base em produto técnico equivalente. Esse procedimento visa atender exclusivamente a uma demanda proveniente do governo Argentino, cuja consequência será a de criar um privilégio inaceitável, que irá atingir frontalmente as empresas que ao longo dos anos investiram no aperfeiçoamento de seus produtos caso não seja estabelecido que os novos pleitos de registro somente serão avaliados quando estiverem concluídos todos os pleitos em andamento dentro das normas anteriores.

4. O uso do poder de compra do Estado como instrumento para promover o desenvolvimento industrial do país, a exemplo do Buy American Act dos Estados Unidos e de decreto aprovado pela Argentina em 2002, constituiu sugestão integralmente acatada por todos os participantes do Fórum de Competitividade da Cadeia Farmacêutica, tendo-se transformado em projeto de lei específico - mas que não saiu do papel, a despeito de sua importância para a promoção da fabricação local de fármacos estratégicos para os programas brasileiros de saúde pública. Nas licitações públicas feitas pelos laboratórios oficiais, a despeito das denúncias do setor produtivo de fármacos aqui instalado, para os produtos importados não é requerida a mesma certificação das boas práticas de fabricação a que é submetido o fabricante local por meio de auditorias e

fiscalizações da ANVISA. Em decorrência, são privilegiadas as importações de fármacos asiáticos em pregões cujo critério predominante é o menor preço, sem que se estabeleça uma isonomia tributária e qualitativa com o produto nacional. Comparam-se desiguais!

5. A Lei da Inovação introduziu conceitos de excepcional importância, com destaque para a subvenção econômica ser feita diretamente pelo Estado às empresas produtivas através de linhas de financiamento a juros subsidiados para a inovação e o desenvolvimento tecnológico. De forma expressiva, porém, apenas o BNDES atua nesse sentido, valendo-se de seus lucros, das amplas disponibilidades de caixa e da persistência de dirigentes. O Tesouro Nacional tem contingenciado de forma sistemática o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), razão pela qual a Lei

da Inovação tem apresentado um desempenho pífio.

6. A Lei de Incentivos Fiscais para a Inovação Tecnológica, recentemente aprovada, por pressão do Tesouro Nacional restringiu seus efeitos às grandes empresas, aquelas que já realizam P&D. Isso porque limitou sua aplicação, essencialmente, àquelas empresas que usam o sistema de lucro real, desconsiderando que mais de 90% das empresas em operação no país valem-se do sistema do lucro presumido por permitir a redução de despesas administrativas para o controle fiscal.

7. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) constitui um órgão de importância estratégica para o desenvolvimento tecnológico e industrial do país. Depois de muitos anos de desatinos administrativos, por empenho da atual administração o INPI está sendo recuperado, via contratação de adequados recursos humanos e serviços. Mas, infelizmente o instituto continua impedido de se valer dos recursos provenientes de

taxas cobradas ao consumidor pela prestação de seus serviços de análise e registro de pleitos, como definido na Lei de Patentes.

O poder público centralizado desvia recursos do contribuinte para atender outras finalidades, distintas daquelas para as quais foi criado o tributo.

Entende-se que a estabilidade macroeconômica, representada pelo rígido controle do processo inflacionário, constitui matéria de relevante importância, mas em seu nome não se pode deixar de implantar medidas desenvolvimentistas pelo simples temor da mudança, como certamente está ocorrendo na máquina pública brasileira. Mudar

regras e sistemas que não demonstrem claro impacto no equilíbrio macroeconômico, não somente deveria ser possível como também desejável.

Em decorrência do exposto, a despeito de a química fina ter sido classificada há dois anos e meio (março de 2004) como setor prioritário no contexto da nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior, e de terem sido definidas há mais de um ano (início de 2005) as ações e medidas a serem implantadas nessa área, praticamente quase nada aconteceu e muito pouco mudou nesse cenário. Efetivamente, 2005 e 2006 foram dois anos extremamente frustrantes pelos pífios resultados decorrentes da aplicação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior que, ressalte-se por oportuno, em boa hora foi definida logo no início do governo Lula. Infelizmente, a forte e favorável expectativa das inovações formuladas frustrou-se pela resistência à mudança encontrada em gestores públicos que deveriam tomar iniciativas para viabilizar as novas políticas de um Estado com caráter desenvolvimentista.

No cenário acima descrito grassa o desencanto empresarial com o funcionamento das instituições públicas brasileiras. Efetivamente, o País reúne todas as condições, como Nação-continente, para trilhar um caminho de sucesso rumo ao primeiro mundo, mas na realidade sistematicamente se verifica que, em vez de avançarmos como os demais emergentes, costumamos perder o bonde da história e muitas vezes até mesmo damos tiros no pé – por conformismo, ação ou inação.

Na área da química fina o primeiro mandato do governo Lula dedicou-se, na prática exclusivamente, ao diagnóstico de problemas e ao planejamento de medidas. Esperamos que o novo mandato, legitimamente conquistado sob a expectativa de desenvolvimento econômico e geração de empregos, se caracterize agora pela eficaz implantação da política industrial já elaborada. Para tanto é requerido vontade política, articulação e efetiva gestão da máquina pública, ainda não presentes na realidade brasileira. Caso contrário somente nos restará ficar repetindo, monotonicamente, a presente catilinária, “tocando o realejo” como costumava se expressar o ex-governador Leonel Brizola.



Um cenário de incertezas

A indústria nacional ainda não se beneficiou da boa performance macroeconômica brasileira dos últimos anos. O que esperar para 2007?

As dificuldades de sobrevivência da indústria farmoquímica nacional, o risco de desorganização do setor de defensivos agrícolas a partir de uma possível abertura indiscriminada do sistema de registro, e as oportunidades e ameaças geradas pelo atual cenário macroeconômico foram os temas debatidos no Encontro Empresarial para "Avaliação do ano 2006 e perspectivas para 2007", organizado pela Abifina e realizado em novembro na Firjan. As análises setoriais foram apresentadas por Isaac Plachta, presidente do conselho administrativo da Indústrias Químicas de Taubaté (IQT); Eduardo Costa, diretor do Instituto Farmanguinhos; Dante Alario Junior, diretor da Biolab Sanus Farmacêutica, e Luiz Guedes, diretor da Milenia Agrociências. A avaliação do quadro macroeconômico ficou por conta da consultora e doutora em Economia Lídia Goldenstein.

Intermediários: elo indispensável da cadeia

O segmento de intermediários de síntese, que compõe a cadeia produtiva tanto da farmoquímica quanto do ramo de defensivos, além de outros da indústria química, apesar de ser estratégico para a sustentabilidade dessas cadeias não tem sido tratado com a devida atenção nos últimos anos, e em 2006 a situação só piorou. Quem demonstrou isso foi o empresário Isaac Plachta, apoiado em estatísticas da Abiquim.

"Os produtos de síntese representam quase 20% dos 8 bilhões de dólares hoje importados pelo setor químico no Brasil, e isto preocupa as empresas nacionais. No ano passado, ficamos surpreendidos com o número de empresas que fecharam e a pequena quantidade das que estão sobrevivendo, cuja situação está cada vez mais frágil", lamentou Isaac. No primeiro semestre de 2006 o segmento apresentou, em termos de rentabilidade sobre patrimônio líquido, um resultado de 14,3% negativos, contra 2,6% do primeiro semestre de 2005.

Fazendo coro com amplos segmentos do setor industrial, o empresário afirmou

que variáveis como taxa de câmbio, carga tributária, custo financeiro e custo fixo "estão minando a competitividade dos produtores no Brasil", e lembrou que "para se verificar competitividade é preciso usar a mesma medida na comparação de produtos". O problema do uso pelo governo de dois pesos e duas medidas para comparar o produto nacional com o estrangeiro não se refere só a preços, mas também à qualidade. "A Anvisa nos ajuda muito, mas não 'atrapalha' suficientemente o produto que vem de fora – argumenta Isaac Plachta. "Não sabemos se os produtos importados seguem os mesmos procedimentos. Mesmo sendo necessários, esses procedimentos levam a custos que tiram um pouco da nossa competitividade".

A falta de qualidade de produtos importados com base no critério de preço acaba revertendo em prejuízo para o comprador. A IQT sofreu isso na própria pele, contou o empresário: "nós produzimos um látex usado na confecção de carpetes para automóveis. Antes usávamos um acetato fornecido por fabricante nacional, e decidimos trocar por um sucedâneo de fabricante chinês, 30% mais barato. Nesse momento ficamos completamente fora de especificação. Quando eu levantava o car-

pete ele quebrava no meio. Logo voltamos a usar o produto nacional e tudo se normalizou, mas tivemos que pagar uma indenização ao cliente, perdendo a vantagem que esperávamos ter por usar um produto mais barato".

Isaac está convencido de que o Brasil deve lançar mão dos mesmos instrumentos dos países desenvolvidos na questão do controle de qualidade. "Ainda não acordamos para a necessidade de termos barreiras não tarifárias para evitar esses problemas. Hoje, se queremos exportar para a Europa, eles analisam cada produto com um rigor que gera aumento de custos. Isto é uma barreira não tarifária, e não quer dizer retrocesso e nem saudosismo. É política industrial. Nós aqui também devemos criar sistemas de proteção indireta, caso contrário o mercado de intermediários estará fadado a desaparecer no País".

Para o empresário, a química fina deverá ser o grande vetor estratégico do crescimento global da indústria química no Brasil. "Nosso futuro não está na petroquímica. Uma área em precisamos nos consolidar é o aproveitamento químico de fontes renováveis. Este é o trem que está passando e não vai ter outro. Etanol, biodiesel, enzimas, produção de álcool a



partir da celulose e outras formas de aproveitamento de energias renováveis - acho que realmente é esse o espaço que o Brasil tem para crescer de forma sustentável”.

Mas será difícil competir com os produtos asiáticos, adverte Isaac, e não se trata apenas de preço. “É preciso preparar mão-de-obra altamente qualificada para trabalhar na indústria, o que hoje ainda é uma deficiência nossa. Eu, por exemplo, precisei de um PhD especialista em química orgânica e tive que entrevistar 45 pessoas até encontrar. Só uma pessoa tinha realmente o perfil para aquilo que nós queríamos. Há profissionais bem formados, mas poucos com o perfil que as empresas precisam”.

Para Isaac Plachta, frente ao mercado globalizado o Brasil precisa desenvolver uma dupla estratégia: atuar mais em nível internacional, não só exportando como implantando novas bases e pontes de comercialização - “nossa empresa trabalha atualmente com duas hipóteses de montagem de fábricas fora do Brasil” - e, por outro lado, valorizando internamente a imagem do produto nacional. “Temos que incentivar a seguinte idéia: ‘compre produto brasileiro’. Os americanos fizeram isso na época do seu crescimento e foram

bem sucedidos. Quero lembrar a famosa frase de Peter Drucker: ‘a melhor maneira de prever o futuro é criá-lo’. Então, vamos criar o nosso futuro!”

Farmanguinhos: uma parceria em construção

Um diálogo nascido no Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Desenvolvimento (SIPID), organizado pela Abifina no primeiro semestre deste ano, deu origem ao mais promissor projeto de parceria público-privada no setor de química fina dos últimos anos. A partir de uma exposição franca do diretor do Instituto Farmanguinhos, Eduardo Costa, sobre os problemas que vinha enfrentando para abastecer de medicamentos programas prioritários do Ministério da Saúde, foi iniciado um programa de visitas a indústrias e reuniões com a Abifina que já resultou no delineamento de instrumentos de cooperação entre o laboratório oficial e o setor farmoquímico nacional. Eduardo Costa reportou esses avanços:

“Este ano foi muito construtivo na identificação e no fortalecimento dessa parceria, que é genérica e informal, não está escrita em nenhum documento, mas

que poderá ser extremamente positiva tanto para o governo quanto para as indústrias. Um dos nossos problemas é que atrasamos muito nossas entregas para o Ministério da Saúde. Isso pode ser, sim, efeito de uma ineficiência do setor público, mas quando analisamos o porquê dos atrasos vimos que estavam ligados à compra de matérias-primas com menor preço que acabavam nos impondo um maior custo, seja com reprocessamento, entregas fora do prazo ou devolução de lotes”.

O regime do menor preço, embora seja um desastre quando se trata da compra de medicamentos, ainda é um imperativo nas licitações do Ministério da Saúde. “O menor preço salva o gestor dos programas de futuros problemas com o Tribunal de Contas” - lembra Eduardo Costa. “Então essa escolha se torna uma tendência. Ninguém se preocupa em cobrar do gestor prejuízos decorrentes da má qualidade do produto adquirido”. Mais que isso, Eduardo assinala que “hoje nós não podemos incluir no edital as características técnicas de um produto, pois se o fizermos o assunto vai para a justiça. Posso ser processado sob alegação de privilegiar concorrente com preço mais alto”.



Dora Coe



Dora Coe



Dora Coe

Em face desse problema, que vinha impossibilitando o laboratório de produzir com eficiência, Farmanguinhos deverá mudar seu modelo de compras. “O processo está adiantado e tem boa fundamentação jurídica” – comemora Eduardo. “Nós não vamos mais comprar matéria-prima, vamos comprar serviços de produção de princípios ativos. Desse modo, teremos que ir para dentro da fábrica e acompanhar todo o processo, de forma que, quando o produto entrar na nossa máquina, entre redondo. Para ser assim, temos que produzir no Brasil”.

Esse importante projeto da Petrobras ensinará o aproveitamento de inúmeras correntes gasosas e líquidas. Trata-se de um projeto que faz bem ao Brasil!

Por que no Brasil? O diretor de Farmanguinhos explica que não adianta certificar empresas indianas ou chinesas pelos nossos padrões. “Os produtos não vêm iguais. Lotes de uma mesma empresa vêm diferentes, recebemos o produto misturado, sem condições de entrar nas máquinas. Mesmo em se tratando de empresas ditas excelentes da China e da Índia, quando o produto chega aqui a conversa é outra”.

Mas não se trata apenas de resolver o problema pontual do controle de qualidade. Farmanguinhos quer ir mais longe, criando um ambiente favorável à inovação tecnológica na indústria farmoquímica nacional. “Percebemos que, embora em muitos momentos nós tivéssemos condições

de utilizar no Brasil outras rotas para produzir fármacos, isto não aconteceu porque não temos uma farmoquímica sólida” – revelou Eduardo Costa. Para viabilizar esse projeto será preciso chegar aos intermediários de síntese, e já estão em curso entendimentos com a PetroRio para se avançar nessa área.

Em virtude do alcance da mudança pretendida, está em elaboração um projeto de lei que estimula a inovação na indústria de medicamentos e tem como objetivo aumentar a eficiência dos agentes públicos e privados nesse setor. Segundo Eduardo, ele se baseia no princípio da isonomia e vai acabar com o atual sistema de dois pesos e duas medidas, em que o produto estrangeiro não tributado sempre leva vantagem em relação o nacional, com seu pesado fardo de 32% de impostos. Mais que isso, será dada preferência ao produto nacional, o que inclui análise do percentual de nacionalização dos insumos utilizados.

“É muito complicada a questão de conseguir manter uma indústria no Brasil nas condições tributárias vigentes hoje” – pondera o diretor de Farmanguinhos. “Além disso, o dinheiro no Brasil é muito caro. Enquanto o BNDES abre uma linha Pro-Farma com 6% de juros anuais, super subsidiada em termos de Brasil, lá fora se financia a 1% ou 2%. Temos, portanto, juros 3 a 4 vezes maiores, mesmo subsidiados. Isto é custo que afeta a aquisição de equipamentos, o capital de giro e tudo mais. Mas para o próximo ano, com os instrumentos que estamos criando, esperamos reverter os indicadores trazidos pelo Isaac, num primeiro momento melhorando a performance da indústria nacional, e num futuro visível também o nível de empregos”.

Inovação tecnológica e equívocos em patentes

Ao contrário de uma significativa parcela da indústria, o empresário Dante Alario acredita nos benefícios de uma aproximação entre o setor produtivo e o meio acadêmico. “A universidade precisa da indústria e vice-versa. Uma faz ciência, a outra tecnologia, e essas coisas se completam”. A empresa Biolab Sanus, da qual é sócio, optou pela inovação tecnológica como estratégia de mercado, mas tem enfrentado dificuldades na interação com os órgãos e universidades públicas em questões relativas à propriedade intelectual.

“Quando vamos à universidade ou procuramos órgãos financiadores tipo Finep ou CNPq, eles querem discutir primeiro a titularidade da patente, e fazem questão de serem os titulares. Mesmo quando alocam numa pesquisa 200 ou 300 mil reais e a indústria investe alguns milhões de reais. Isto é complicado. Nós tivemos um caso recente em que a universidade fez questão de ser a depositante da patente. Nós pagamos, tanto o depósito aqui como em escritório internacional, mas o que aconteceu é que o escritório que representava a universidade não pagou o que devia no prazo determinado, e nós perdemos a patente. Perdemos a anterioridade, que é o que interessa em patentes”.

Mesmo assim, segundo o empresário, a Biolab Sanus não conseguiu fazer valer nos órgãos públicos a idéia de que mercado é assunto para empresa. “Estamos agora num impasse por conta de um financiamento da Finep, que nos foi concedido integralmente, porque duas cláusulas do contrato rezam que toda e qualquer negociação que eu venha a fazer fora do País, ou da tecnologia ou do meu produ-

to, incluirá a instituição. À Finep deveria interessar que eu pague o financiamento. Mas me deixe livre para negociar como eu quero e com quem eu quero lá fora. A área comercial é minha, não é da Finep. A Finep não conhece o mercado; quem conhece o mercado sou eu, que estou nele”, desabafa Dante.

Para o sócio da Biolab Sanus, a política brasileira de genéricos conflita com o conceito da inovação tecnológica. “O futuro, o grande desafio da indústria farmacêutica, está em fazer inovação tecnológica, e o genérico é o inverso da inovação. Não sou contra o genérico, acho que é importante para o País, mas para a indústria farmacêutica tenho sérias dúvidas. Como o governo brasileiro só fala em genérico, então a empresa tem que optar por um ou outro caminho. Nós optamos pela inovação tecnológica. Durante muito tempo fizemos isto sem nenhum apoio, mas este governo teve a coragem de fazer uma política industrial. Mesmo com as críticas que ela deva sofrer por não ter sido completa, por não ter havido integração dos vários ministérios, por ter sido feita pontualmente, vemos que o BNDES avançou muito nesta área. Hoje há uma política, e isto para nós é muito importante porque não tínhamos nada há mais de quinze anos.

Para Dante, só a inovação permite desenvolvimentos do tipo “me too”. “Uso um sítio químico definido, comprovado, que tenha uma determinada ação terapêutica, e faço modificações químicas de tal forma que eu vá ter uma nova molécula, inclusive com possibilidade de patente. Isto representa mais ou menos 70% do faturamento mundial da indústria farmacêutica, então o “me too” não é algo secundário. A partir daí é síntese, porque nessa molécula eu faço as modificações e todos os testes exigidos de uma nova droga.

Nesse ponto, mais uma vez se evidencia a imporância dos intermediários. “Fundamentalmente eu preciso ter a química montada para fazer isso, e tem que ser aqui no Brasil” – insiste o empresário. “Lá fora se terceiriza tudo na indústria farmacêutica, mas nós não temos interesse nisso. Queremos ter capacidade para fazer aqui. Nossa empresa adquiriu no começo deste ano uma indústria química. Foi uma aquisição estratégica, não foi comercial nem financeira, porque queremos fabricar nossos próprios ‘me too’ aqui no Brasil”.

Esse importante projeto da Petrobras ensinará o aproveitamento de inúmeras correntes gasosas e líquidas. Trata-se de um projeto que faz bem ao Brasil! inúmeras correntes gasosas e líquidas. Trata-se de um projeto que faz bem ao Brasil! inúmeras correntes gasosas e líquidas.

Não se trata apenas da ambição de crescimento isolado de uma empresa. Para Dante Alario, “com as condições vigentes hoje eu duvido que a farmoquímica possa ter lucro. É fundamental que farmoquímica e farmacêutica trabalhem juntas. Se não, é uma questão de tempo: a farmoquímica vai primeiro e a farmacêutica vai depois, mas nenhuma delas sobrevive;. Portanto, precisamos de política para esses dois setores”.

Agroquímicos: o sistema de registro em questão

O presidente da Abifina e diretor da indústria de defensivos agrícolas Milenia, Luiz Guedes, expôs a dramática situação da indústria nacional nesse setor, após dois anos de crise na agricultura. “Pela incapacidade dos produtores agrícolas de pagar seus compromissos e a conseqüente pressão exercida por eles sobre o poder público, o Congresso Nacional foi invadido por uma série de projetos de leis buscando flexibilizar o sistema de registro no Brasil e fazer a chamada harmonização de registro do Mercosul, o que permitiria a livre comercialização de produtos nos países do bloco”.

O que tem se apresentado na discussão sobre o registro de agroquímicos é a face mais degradada do Mercosul. Guedes conta que “o governo argentino e uma empresa local vêm pressionando o governo brasileiro. Tivemos uma pendência discutida no conselho arbitral do Mercosul, para obrigar o Brasil a internalizar normas argentinas, paraguaias e uruguaias relativas ao registro, possibilitando que qualquer produto registrado num desses países pudesse ser livremente comercializado no âmbito do Mercosul”.

É enorme a disparidade entre os países do Mercosul no que tange a procedimentos e custos envolvidos no processo de registro, por conta de controles de qualidade, testes de toxicidade, impacto ambiental etc. Segundo o diretor da Milenia, “no Brasil, onde levamos cerca de 4 anos para obter um registro, gastamos em média 350 a 600 mil reais por registro, conforme a complexidade e o número de alvos que o produto busca alcançar. Na Argentina, que tem um sistema semelhante ao nosso, mas mais simplificado, em 5 ou 6 meses se consegue um registro. No Paraguai se obtém



Dora Coe



Dora Coe



Dora Coe

um registro em 15 a 20 dias, gastando-se 20 mil dólares, e no Uruguai nem se exige registro: tendo-se o produto técnico formulado, o registro sai automaticamente”.

As forças que pressionam o poder público brasileiro a nivelar por baixo o sistema de registro tentam vender a idéia equivocada de que há uma espécie de cartel controlando o mercado brasileiro de defensivos agrícolas, e que o sistema de registro dá respaldo a esse cartel. Por essa lógica, afirma Guedes, “abrindo-se o sistema de registro teríamos um aumento da oferta de novos produtos, proporcionado pelo Mercosul, o que causaria uma redução dos preços e beneficiaria os agricultores”.

Esse importante projeto da Petrobras ensinará o aproveitamento de inúmeras correntes gasosas e líquidas. Trata-se de um projeto que faz bem ao Brasil!

No entanto, nem o Paraguai nem o Uruguai têm indústrias de defensivos, e a Argentina tem apenas duas. “Quem vai entrar no mercado brasileiro de 4,5 bilhões de dólares são empresas formuladoras que estão se implantando nesses países, compradoras de produtos baratos e sem qualidade trazidos da China e da Índia. Existem hoje na China 7.500 pequenas empresas de agroquímicos, produzindo sem nenhum controle de qualidade. É claro que também existem boas empresas – umas 30, que fornecem para os Estados Unidos – mas o grosso é de empresas que vêm buscar mercados não regulados como o nosso”.

Diante desse risco de uma completa desorganização do mercado brasileiro, o fator mais preocupante, na opinião de Luiz Guedes, é a “ausência quase absoluta do governo. Durante toda a crise o governo não compareceu. Está comparecendo agora para tentar equacionar o endividamento, mas não tivemos absolutamente nada em termos de soluções mais estruturadas no âmbito de seguros, mecanismos de financiamento etc. Nos últimos anos a única coisa que nós vimos foi a redução da participação do Estado no financiamento agrícola”.

Por que o Brasil não cresce?

Esta pergunta foi o eixo da palestra da economista Lídia Goldenstein sobre o atual panorama macroeconômico do País. Depois de ouvir as questões e dilemas apresentados pelos empresários dos diversos segmentos da química fina, ela advertiu: “não vou poder jogar um balde de otimismo sobre tantos problemas colocados, porque infelizmente a realidade se impõe”.

O fato é que os bons indicadores macroeconômicos do Brasil nos últimos anos não têm se traduzido em crescimento econômico. Segundo Lídia, “alguns dados em relação a essa melhora aumentam a incógnita - por exemplo, a redução da vulnerabilidade externa. A dívida em relação às importações caiu muito, a dívida externa do setor privado também está razoável, a balança de transações correntes vai muito bem e sobretudo as nossas reservas, que este ano vão fechar em cerca de US\$ 90 bilhões. Além disso, a inflação está sob controle e relativamente baixa. Tudo isso significa um desempenho extremamente bom o qual, entretanto, não está se traduzindo em elevadas taxas de crescimento.

Para entender este enigma a economista acredita ser necessário compreender a mudança estrutural na indústria que o país está vivendo.

Temos quatro diferentes processos funcionando concomitantemente e entrelaçados: aumento da renda nos segmentos mais pobres da população, perda de poder aquisitivo da classe média, o problema de valorização da moeda brasileira, e por último, a concorrência chinesa.”.

Lídia mostrou que o principal componente do crescimento do Produto Interno Bruto este ano foi o consumo das famílias, que deverá aumentar 4,3% por conta da elevação da renda disponível para as classes mais baixas. Cinco fatores contribuíram para isso: o aumento do salário mínimo, a liberação de uma demanda reprimida de crédito, a elevação da renda através do rendimento do trabalho, a deflação na cesta básica provocada pela valorização da taxa de câmbio e a bolsa-família, que injetou este ano R\$ 9 bilhões nas classes de baixa renda.

“Parece uma maravilha: distribuimos renda, criamos um mercado consumidor e com isto o país deveria crescer. Mas infelizmente, este é um cenário que pode criar ilusões” – comenta Lídia Goldenstein. “Não há nenhuma garantia de que essa elevação da renda seja permanente, porque tanto a bolsa-família quanto a valorização do real e o crédito têm limites muito claros, que já começaram a aparecer. Na verdade esses fatores são incapazes, mesmo em conjunto, de garantir um crescimento sustentável, porque não têm força para gerar investimento e aumento de produtividade. Portanto, não podemos nos enganar: esta elevação de demanda é muito boa mas é efêmera. Pode ser mais um vôo de galinha - aquele vôo que vai curtinho e logo em seguida desacelera”.



Dora Coe



Lídia Goldenstein



Dora Coe



Dora Coe



Dora Coe



Dora Coe

O pior dessa história, para a indústria brasileira, é que “grande parte do crescimento do consumo da população de baixa renda tem sido suprido por importações, e não pelo aumento da produção no País”. Para a economista, os ganhos que a indústria local poderia ter com esse aumento da demanda são anulados em função da valorização cambial, da agressividade da concorrência chinesa e da falta de acordos bilaterais do Brasil. “Isto é extremamente importante: enquanto o Brasil fica fazendo discurso, todos os países, inclusive os do Mercosul, estão fazendo acordos bilaterais e conseguindo acesso direto a mercados importantes”.

Lídia Goldenstein mostrou que a única indústria em efetivo crescimento no Brasil é a extrativa. “A indústria de transformação está sofrendo muito com o efeito importação e o efeito investimento baixo. Os setores que geram emprego estão todos com taxas negativas. A evolução da balança comercial com a China mostra exatamente para onde está indo o aumento de consumo brasileiro. É arrasador. É um processo absolutamente preocupante, porque mostra que o esforço de distribuição de renda está sendo desviado para a China e não gera empregos aqui”.

Insistindo na tese de que a mera transferência de renda, embora seja um fator extremamente positivo, não significa que o País irá crescer de forma sustentada, Lídia adverte que o custo dessa estratégia pode ser alto e que “a conta virá em algum momento. Na verdade, nós não só não estamos gerando emprego e investimentos como também o atual perfil de crescimento tem impactos muito negativos na classe média e na estrutura produtiva do País”.

Os números do comércio exterior revelam esse descompasso. “A taxa de cresci-

mento das exportações vem desacelerando, embora ainda seja positiva, ao mesmo tempo em que as importações vêm subindo e pegando fôlego”, assinala a economista. O crescimento do valor exportado se deve, segundo ela, basicamente à elevação geral de preços no mercado internacional, principalmente em semi-manufaturados, avançada mais uma vez pela China.

Esse importante projeto da Petrobras ensejará o aproveitamento de inúmeras correntes.

Nas importações, por outro lado, tudo cresce, alerta Lídia. “Desde bens de capital, intermediários - onde se encontra uma parte importante do setor de vocês - até bens de consumo duráveis. Com esse cenário é difícil ser otimista para 2007, porque tudo indica que a taxa de câmbio vai continuar relativamente apreciada, o suficiente para seguir reduzindo a rentabilidade das nossas exportações”.

Na opinião de Lídia Goldenstein, o problema da alta taxa de juros é complexo. “Apesar da redução significativa que tivemos, ainda somos o campeão do mundo, temos taxas absolutamente proibitivas do ponto de vista do nosso empresariado, além de condições de concorrência profundamente desiguais”. Ela lembra que, embora a dívida pública tenha sido desindexada da variação cambial, “o que é realmente um feito, num país que estava à beira da hiperinflação e com enorme dívida externa”, sua estrutura ainda é de curtíssimo prazo e atrelada à SELIC, ou seja, ao overnight.

“Esta é uma herança maldita do período de hiperinflação, pois quando se faz qualquer política monetária no Brasil se afeta todo o estoque da dívida, e conseqüentemente o quadro fiscal. Isto é algo que teremos de enfrentar seriamente”.

Por outro lado, os instrumentos fiscais para compensar essa fragilidade são limitados. “Está cada vez mais difícil contar com a elevação da carga tributária para amortecer esse problema - adverte Lídia. A solução vai ter que vir na base de algum rearranjo do gasto público e do setor produtivo, o que não é algo fácil de fazer. Politicamente, implica perdas para segmentos da sociedade que como sempre, de alguma forma, irão tentar se defender”.

Lídia vê no governo, nesse momento, uma indefinição generalizada e preocupante. “Nós não temos uma estratégia definida para responder à questão do crescimento. Não temos capacidade de investimento para atacar os gargalos de infraestrutura, nem estratégias para fortalecer as agências reguladoras e com isso atrair investimentos externos. Da mesma forma, não temos estratégia comercial para acesso a mercados internacionais, os quais estamos perdendo porque a política externa é ideológica e não pragmática; e por fim também não temos estratégia para o saneamento das contas públicas”.

Por tudo isso, concluiu a palestrante, “infelizmente as perspectivas para 2007 não podem ser muito otimistas, porque não teríamos tempo para formular essas estratégias e começar o ano já de alguma forma implementando políticas que poderiam facilitar o crescimento. Não é à toa que, para o próximo ano, o crescimento que estamos prevendo é igual ou pior que o deste ano, já bastante baixo sob qualquer ponto de vista”.

“O mundo não vai esperar por nós”

No debate que sucedeu sua palestra, Lídia Goldenstein defendeu a mobilização empresarial como um dos instrumentos para se avançar em política industrial.



O empresário brasileiro é dinâmico, o trabalhador brasileiro é aberto a mudanças, mas faltam políticas públicas efetivas para dar mais competitividade à indústria nacional. Falta, sobretudo, agilidade para acompanhar a globalização econômica e enfrentar a concorrência da China. Para a economista, cabe à sociedade organizada – em particular às entidades empresariais – cobrar do governo federal as promessas de crescimento e articular parcerias com governos estaduais em benefício da indústria e da geração de empregos. Doutora em Economia pela Unicamp, professora e consultora econômica, Lídia Goldenstein é autora do livro “Repensando a dependência” e atualmente trabalha como consultora e na criação da Agência de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. A seguir, o debate com os participantes do Encontro Empresarial:

Entrevista **Lídia Goldenstein**

Gilberto Pinto (engenheiro e consultor) - Sabemos que qualquer modificação na estratégia do governo vai depender das reformas que nós já aguardamos há muito tempo. Sabemos também que haverá um quadro político instável para que essas reformas sejam realizadas. Então, se a sociedade não se manifestar e exigir que isto seja feito – falo da sociedade organizada através de todas as entidades reconhecidas, as entidades de classe, as associações etc - nós vamos continuar no mesmo lugar em 2007, 2008 e 2009. Acho que está na hora de a sociedade se posicionar, porque essas coisas são estratégicas e precisam ser implementadas.

Lídia Goldenstein - Eu concordo totalmente, mas acho que estamos vivendo um período complicado. Não sei como será o desenlace porque a sociedade acabou de se manifestar, nós tivemos eleições. Ocorre que a sociedade se manifestou baseada nesses dados que eu mostrei: bolsa-família, comida barata, enfim, um certo tipo de estrutura econômica que é frágil. Eu gosto muito dessa expressão: o “vôo da galinha”. Rapidamente vai se perceber que essa conta não fecha, que não tem como pagar. A sociedade de alguma maneira se manifestou com base em números que não são sustentáveis, embora sejam reais. Houve de fato uma melhora da renda das classes mais baixas, mas a questão é: isto é sustentável? Vai gerar emprego? Vai fazer com que este país possa daqui para frente distribuir mais renda, ampliando ainda mais o seu mercado consumidor? Acho que cabe a entidades como a de vocês se manifestar. Sou completamente fã desse tipo de articulação; vi o que vários de vocês têm feito no sentido de levar propostas, propor parcerias com o governo e entre empresas e universidades. Isso representa uma

cultura nova no País, é algo que nós demoramos muito a aprender. Antes, bastava ao empresário ter alíquota de importação garantida. Ele fazia o preço, não tinha plano de custo, não tinha problema de competitividade nem de investimento. Com uma economia aberta, sem inflação, como temos agora, e com a globalização se acelerando, é cada vez mais importante o papel de uma associação de classe como a de vocês. Não mais para bater nas portas de Brasília e fazer reivindicações, mas propondo articulações, políticas, caminhos, soluções. Isso é extremamente saudável.

Isaac Plachta – Este governo que foi eleito está dizendo que o País vai crescer e que vai vir investimento. Mas você tecnicamente nos mostra que é difícil isso acontecer. O que é que vai acontecer?

Lídia Goldenstein – Esta é a pergunta de um milhão de dólares. Logo que acabou o processo eleitoral, creio que uma semana depois, a imprensa mudou a pauta. A propaganda eleitoral foi muito bem feita - aliás, diga-se de passagem, isto é um fenômeno mundial, não é mérito nosso. As campanhas hoje em dia são campanhas de marketing. Você vende um bom sabonete: “limpa, te deixa jovem, te deixa linda”, tudo aquilo que você deduz que a indústria química não consegue fazer com a nossa pele, um bom marketing consegue. De acordo, venderam muito bem, mas no dia seguinte mudou a pauta da imprensa. Está ficando muito claro que um “tsunami” vem vindo. Vai ficar claro que o sabonete comprado não deixa a gente com trinta anos. No way. Conseqüentemente, acho que vai haver um estresse político, porque chegaram a vender para a sociedade a idéia de que o país iria crescer 5% este ano e

7% no ano que vem. Acho que a cobrança está vindo agora, num crescente, e ao mesmo tempo está ficando muito claro que não só não vamos crescer como, ao contrário, as coisas estão cada vez mais complicadas. Essa crise no sistema de aviação brasileiro é dramática, mas como “avião é coisa de rico”, ninguém vê que está afetando o setor produtivo, a exportação, viagens de negócios, e não só o turismo. Estamos perdendo divisas com exportação, até porque turismo também é uma forma de exportação. Estamos perdendo divisas com negócios, perdendo competitividade.

Este país mudou, e mudou num processo que começou com a abertura do governo Collor. Depois tivemos o Plano Real, e em seguida um período de terrível dor de cabeça para manter o plano de estabilização ao longo de cinco crises internacionais - a crise do México, a crise da Rússia, a crise da Ásia, o apagão aqui no Brasil e a crise da Argentina. Tivemos toda uma mudança de mentalidade em que se começou a perceber que exportar não era pecado, que era importante ter divisas; que as divisas eram fundamentais para formar esse nível de reservas que nós temos hoje, e que são a única garantia de termos um mínimo de defesa contra as vicissitudes do cenário internacional. Tudo isso são conquistas de anos, vem lá de trás, e não deste governo nem do governo Fernando Henrique. É um processo. Porém, eu acho que agora nós estamos voltando para trás. É uma situação bastante triste, porque vamos demorar a pôr a casa em ordem, para ter condições de promover um crescimento sustentável e mais vigoroso.

Eduardo Costa – Na minha perspectiva política, acho que a abertura do Collor foi irresponsável durante todo o tempo, ligada a interesses de fora do Brasil. Os projetos de poder aqui se associaram aos projetos de poder lá fora e conseguiram fazer uma política que destruiu o que havia. Uma coisa é abertura para mercados globalizados etc; outra coisa é destruição do país internamente, da capacidade produtiva que existia. Eu não substituiria uma política pela outra simplesmente por entender que o governo que está entrando é o mesmo de antes. Do ponto de vista da macroeconomia, a diferença talvez é que podemos acreditar um pouco em tentar mudar. Mas na verdade o cidadão brasileiro ainda não conseguiu amadurecer completamente para ter o seu projeto de país. Esse projeto nós temos que construir, independentemente do governo.

Eu gostaria de saber, no que tange às nossas reservas cambiais, se esse capital é muito volátil ou não em função dos juros altos. Vale à pena gerarmos um superávit primário relativamente grande nesse quadro? Como fica a questão de poder investir, de segurar investimentos aqui no País?

Lídia Goldenstein – Não estou aqui para defender governo de ninguém. Só acho que a gente esquece muito rápido. Estávamos à beira de uma hiperinflação quando tivemos o Plano Real. Não havia como fazer um controle da inflação sem abrir a economia. Foi um custo altíssimo, sem dúvida. Podíamos ter mantido uma série de políticas que contemplassem algum tipo de transição para o setor produtivo. Escrevi inúmeros artigos dizendo: “não podemos jogar fora a criança com a água do banho”, “temos que ter políticas industriais”, “temos que ter política de transição”, “com essa taxa de

juros não dá para competir”. Realmente, acho que o custo foi muito mais alto do que deveria. Porém, de 95 a 2004 sofremos o custo de um plano de estabilização que atravessou cinco crises internacionais de bom tamanho. A partir da entrada do governo Lula, só tivemos sol e céu de brigadeiro no mercado internacional. Então, não era momento para não dar continuidade àquela política, que tinha equívocos mas na sua essência foi moldada corretamente. E moldada para um cenário internacional completamente diferente e para uma economia interna completamente diferente. Não podemos comparar banana com abacaxi, são coisas completamente diferentes.

Quanto à questão dos investimentos, o Brasil mudou estruturalmente e para melhor. Temos, sem dúvida, uma parte de dinheiro especulativo, porque o Brasil tem as mais elevadas taxas de juros do mundo. Porém, uma parte dessas reservas é resultado, sim, de balanço comercial positivo. É venda para o exterior, é reserva boa, saudável, e que tem de fato uma base econômica. Houve um avanço, tanto que conseguimos nos livrar da dívida externa pública, e também da interna indexada ao câmbio. Isso é uma grande revolução, e é muito positivo. Por isso a gente fica ainda mais aborrecida com o que está acontecendo: avançamos muito e agora não estamos aproveitando oportunidades boas que nós mesmos criamos a duras penas. As reservas são positivas, e uma parte delas é sem dúvida nenhuma resultado de balanço comercial, onde o agronegócio tem um papel fundamental.

Luiz Guedes – Parece que a capacidade do Brasil de se organizar, retomar o investimento, está ligada à questão fiscal, ou seja, às contas públicas, e também a eventos que deverão ocorrer no ano que vem no Congresso, como a prorrogação da CPMF, a discussão da vinculação de receita da DRU, a questão da previdência etc. Alguns analistas econômicos têm afirmado com grande ênfase que o centro do problema do não crescimento é a questão fiscal, e não a taxa de juros nem a taxa de câmbio. Como você vê isso?

Lídia Goldenstein – A grande sorte deste governo é não ter o PT na oposição. Acho que vai haver alguma negociação em torno da DRU, um “toma lá, dá cá” no Congresso, mas ninguém é louco de vetar porque sabe que se isto acontecer vai ter colapso no dia seguinte. Toda a estrutura do gasto público depende dessa arrecadação. Aumentar a DRU já é uma negociação mais difícil, mas manter o que está aí me parece certo. No fundo, acho que precisamos de um novo Plano Real, não mais para a inflação porque ela está sob controle, mas para as contas públicas. Precisamos repensar esse Estado, o gasto público, e isto exige uma imensa ousadia, uma imensa força política e, sobretudo, um amplo suporte da sociedade. A solução não está dada. Uma mudança para valer no gasto público mais uma vez vai implicar imensas transferências de renda entre setores ou entre estados, e isto não é fácil de administrar. O problema é que o Brasil faz as coisas saindo pela tangente, o que é cada vez mais difícil num mundo competitivo e globalizado como o nosso. Esse tempo o mundo não nos dá mais. A rapidez das transformações, a entrada da China... Até a semana passada a China não produzia um carro sequer, e hoje ela tem uma capacidade produtiva de 15 milhões de veículos, com plataformas mais recentes e mais

modernas que as nossas. O Brasil funciona assim: a gente vai dando um jeitinho, vai comendo pelas bordas, vai amortizando conflitos. Eu não vejo liderança, não vejo projeto, não vejo estratégia para fazer o choque de gestão que seria necessário para o estado brasileiro acompanhar a velocidade do mundo globalizado.

Luiz Guedes – O que nós temos hoje são políticas de governo e não de Estado. Falta uma visão de longo prazo, que é importante. Como você vê a questão da privatização numa perspectiva de longo prazo?

Lídia Goldenstein – O governo percebeu que a realidade se impõe. Não há dinheiro para gastar. Acho que as PPPs são uma forma disfarçada de assumir que a privatização veio para ficar. Obviamente ainda existem bolsões e segmentos dentro do PT que são contra. É só rever os discursos da ministra Dilma Rousseff no início, logo que ela assumiu e depois. Eles não conseguiram implementar, isto é outro problema. Mas do ponto de vista ideológico, acho que houve uma virada de página sobre esse assunto no País.

Nicolau Lages – Imaginemos que o presidente Lula a convoque e peça três conselhos. Que conselhos você lhe daria para aumentar o crescimento econômico do país? Em seguida, imaginemos que ele não faça isso e que chegamos a novembro de 2010. Pelo seu conhecimento da equipe que está no comando, como é que você vê o governo e o País nesse momento?

Lídia Goldenstein – A segunda pergunta me parece mais fácil. O Brasil é um país surpreendente. Eu adoro uma frase do Milan Kundera, autor de “A insustentável leveza do ser”: ele diz que a força de uma mulher é a sua fraqueza. Acho que a força da economia brasileira é também a sua fraqueza. O País tem uma imensa demanda reprimida que facilmente pode torná-lo um mercado para valer. Precisamos dar condições para que esse mercado atraia as indústrias, como ocorreu nos anos 90, quando chegamos a receber US\$ 36 bilhões em investimentos externos em um ano. Hoje nós estamos com US\$ 12 bilhões no máximo, porque o Brasil deixou de ser esse mercado. Temos agora um mercado de baixa renda que não cresce baseado em emprego, mas sim em gastos públicos insustentáveis. O País é capaz de surpresas positivas. O dinamismo do empresário brasileiro é formidável, o do trabalhador brasileiro também, porém eu já disse e repito: a globalização está estreitando o nosso espaço. A velocidade com que o mundo está se preparando para a nova concorrência da China é impressionante. Concordo enfaticamente que no Brasil política industrial tornou-se palavra. Sou absolutamente a favor de políticas públicas mas contra economias fechadas e repetições de erros do passado. Acho que o País tem tudo para dar certo, tem uma cultura produtiva pujante e mercado consumidor como poucos no mundo. Eu me lembro que, quando fui trabalhar no BNDES, a primeira entrevista que fiz foi com o presidente da Alcoa no Brasil, e ele me disse: “onde instalamos nossos processos produtivos mais rapidamente foi no Brasil, porque aqui encontramos mão-de-obra com mais jogo de cintura, que topa, que aceita. Mas que não é educada”. Ou seja, o trabalhador brasileiro tem a disposição, tem abertura para o novo, porém não tem o nível de educação que se exige no mundo hoje. Quanto à primeira per-

gunta, não há como responder pois eu não tenho a menor chance de ser chamada.

Nelson Brasil - Eu gostaria de algumas apreciações sobre a política cambial. Aceitarmos que a política cambial seja o resultado da simples lei de oferta e demanda, que não se possa tocar nela, parece algo meio teocrático. O que vemos na China é que a política cambial não é tão variável em termos de mercado. Os grandes países do mundo sempre se desenvolveram fazendo leis de política cambial, mesmo que não abertamente. Este câmbio que temos hoje, se não tiver um ajuste, vai ser mortal para a indústria brasileira.

Lídia Goldenstein – A atual política cambial é resultado de uma interferência equivocada na taxa de juro. Não vou questionar essa sua visão, com a qual eu concordo mas que é muito polêmica. Também não vou entrar nas questões de controles de câmbio, como por exemplo a entrada de capitais de curto prazo. Vamos nos situar dentro dos argumentos usados pelo Banco Central e as correntes teóricas que o apóiam. Este câmbio é resultado de um baixo crescimento. Não vamos ter o dólar a R\$ 4 de novo, pois aquilo foi a crise política pelo medo da vitória do Lula no primeiro mandato. Vamos a R\$ 3,5? Acho que não, pois naquele momento o câmbio tinha uma contrapartida de vulnerabilidade externa que, graças à nossa capacidade de reação econômica, conseguimos converter. Mas não precisa ser R\$ 2. Eu não vou defender uma determinada taxa, só acho que ela atualmente é resultado de uma política inteiramente equivocada.

Gilberto Pinto - É evidente que tem que haver uma mudança cultural. Voltando à questão inicial, eu diria que o ato de votar não encerra de maneira nenhuma a nossa responsabilidade. Ele inicia uma responsabilidade que vai se desdobrar durante os próximos quatro anos. Acho que podemos, de uma forma disciplinada e através de instituições, fazer realmente com que as manifestações da sociedade sejam sentidas no Congresso e no governo, e que essa pressão se mantenha durante os quatro anos, após os quais só serão reeleitos realmente aqueles que responderem de acordo com o que a sociedade exige.

Lídia Goldenstein – Eu não só concordo totalmente como vou além. Acho que nós temos um cenário político no Brasil, especialmente com a eleição de certos governadores, em que se pode ter ações emblemáticas que impactem a sociedade e empurrem o governo federal no sentido de estruturar políticas mais modernas, mais avançadas, que redundem num crescimento sustentável. Por exemplo: uma base importante do setor produtivo de vocês é no estado de São Paulo. Atualmente, entre outras coisas eu estou ajudando a montar uma Agência de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. O papel fundamental dessa agência é atrair investimentos para a cidade, facilitar a vida do setor privado e fazer políticas públicas em aliança com ele. À medida que a gente consiga essas formulações em diferentes partes do País, de alguma maneira se vai levando à conscientização da sociedade como um todo. Só precisamos acelerar, porque o mundo não vai esperar que sigamos nesse processo muito lentamente.

Complexo Petroquímico: maior empreendimento industrial do País

Principal empreendimento industrial do Brasil e um dos maiores do mundo com investimento previsto em torno de US\$ 8,3 bilhões, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ marca a retomada da Petrobras ao setor petroquímico e vai transformar o perfil sócio-econômico de sua região de influência, além de gerar uma economia para o País de mais de US\$ 2 bilhões/ano em divisas, já que haverá aumento da capacidade nacional de refino de petróleo pesado com conseqüente redução da importação de derivados, como a nafta, e de produtos petroquímicos. Para se ter uma idéia, hoje o Brasil consome aproximadamente dez milhões de toneladas de nafta e precisa importar cerca de 30% desse volume. O restante é atendido pela produção das refinarias da Petrobras.

Previsto para entrar em operação em 2012 e atualmente no início do projeto básico, no qual está inserido o processo de Licenciamento Ambiental, o COMPERJ é fruto da parceria da Petrobras com o Grupo Ultra e o BNDES. O Complexo terá capacidade para processar 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional. Em uma mesma planta industrial, sua estrutura será formada por uma Unidade de Refino e 1ª geração (Unidade Petroquímica Básica - UPB) para produção de petroquímicos básicos, como eteno (1,3 milhão de toneladas/ano), propeno (880 mil toneladas/ano) e paraxileno (700 mil toneladas/ano), além de um conjunto de unidades de 2ª geração (Unidades Petroquímicas Associadas - UPA's) que vai transformar estes produtos básicos em produtos petroquímicos como estireno (500 mil toneladas/ano), etileno-glicol (600 mil toneladas/ano), polietilenos (800 mil toneladas/ano), polipropileno (850 mil toneladas/ano) e PTA/PET (500 mil/600 mil toneladas/ano). Haverá ainda uma Central de Utilidades (UTIL), responsável pelo fornecimento de água, vapor e energia elétrica necessários para a operação de todo o Complexo.

Já as indústrias de 3ª geração, que serão atraídas pelo Complexo e devem se instalar nos municípios vizinhos e ao longo do Arco Rodoviário, que ligará Itaboraí ao Porto de Itaguaí, serão responsáveis por transformar esses produtos petroquímicos em bens de consumo, tais como: copos e sacos plásticos, além de componentes para as indústrias montadoras de automóveis e linha branca como eletrodomésticos.

Com aplicações em torno de US\$ 8,3 bilhões, o projeto vai gerar economia de US\$ 2 bilhões/ano em divisas

Estima-se que o COMPERJ vai gerar um total de mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e por “efeito-renda”, durante os cinco anos da obra e após a entrada em operação; todos em escala nacional. Para atender a essa demanda, a Petrobras, em parceria com as Prefeituras, vai implantar Centros de Integração em todos os municípios do entorno do Complexo Petroquímico (Itaboraí, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Niterói, Maricá, Magé, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá). O objetivo é capacitar cerca de 30 mil profissionais da região, em 78 tipos de cursos gratuitos. Desse total, 78% serão em nível básico, 21% em nível técnico e 1% em nível superior.

A decisão de implantar o Complexo no Rio de Janeiro foi fundamentada em estudos preliminares dos aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais, de modo a permitir a viabilidade do empreendimento ao longo dos anos. A existência de área disponível para uma já prevista expansão do Complexo, após cinco anos da entrada em operação, também foi um dos fatores condicionantes para essa escolha.

O Município de Itaboraí foi selecionado por dispor de infra-estrutura logística adequada por sua proximidade dos Portos de Itaguaí (103 km) e Rio de Janeiro, dos terminais de Angra dos Reis (157 km), Ilhas d'Água e Redonda (30 km) e por ser atendido por rodovias e ferrovias, além das sinergias com a REDUC (50 km), com as plantas petroquímicas da Rio Polímeros e da Suzano (50 km) e com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello - CENPES (38 km), detentor da tecnologia de FCC Petroquímico ou Craqueamento Catalítico Fluido, que é o grande salto tecnológico desse empreendimento.

Esse processo tecnológico permite obter grandes volumes de propeno, eteno e aromáticos, que são matérias-primas petroquímicas, ao contrário do que acontece em uma refinaria convencional, em que são produzidos grandes volumes de gasolina, diesel e GLP. O FCC Petroquímico é uma tecnologia própria, assim como foi a de produção em águas profundas. Nenhuma outra empresa do mundo detém essa técnica. Como o Brasil possui petróleo pesado em abundância, há muito tempo a Petrobras aumenta a pesquisa nessa área. Para isso, foram feitos testes de produção industrial nas refinarias, no CENPES e no Parque Tecnológico da SIX, em Mateus do Sul, no Paraná.

O COMPERJ está sendo projetado e será construído com tecnologias avançadas, criadas pela Petrobras, como é o caso do FCC Petroquímico, ou que preencham suas especificações de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), que superam os rigorosos padrões ambientais brasileiros. Como premissa, o projeto fará o reuso e a recirculação da água utilizada no Complexo, além do desenvolvimento de um conjunto de soluções tecnológicas redutoras do consumo de água e geração de efluentes.

Dora Coe

Abifina comenta a notícia



ABIFINA comenta
Comenta
ABIFINA com
Comenta a notícia



ta ABIFINA comenta a notícia
a notícia
menta a notícia

Petrobras avança no programa do biodiesel

A Petrobras já está em fase adiantada de negociações para a cadeia de suprimento do biodiesel. O estado do Rio Grande do Sul terá um papel importante, com cerca de 20 mil famílias organizadas e prontas para iniciar a produção de girassol, mamona, soja, canola e amendoim, destinados à unidade de produção que será instalada em Bagé ou Pelotas. Com a implementação desse projeto, o número de famílias poderá chegar a 40 mil e a área cultivada a 105 mil hectares.

Outra unidade, em Palmeira das Missões, também deverá beneficiar 40 mil famílias. Como ação complementar, a Petrobras e a Cooperbio pretendem instalar 10 micro-destilarias de álcool em outras cidades do noroeste do estado, a serem supridas com cana-de-açúcar, batata-doce e mandioca. Nesse projeto a Petrobras prevê investir R\$ 2,3 milhões.

Por meio de leilões de compra de biodiesel, a Petrobras já tem contratados 160 milhões de litros provenientes de usinas do Rio Grande do Sul, o que tornará esse estado um grande fornecedor do combustível inclusive para outras regiões do País.

Cristália nacionaliza produção de ReVia

O laboratório Cristália fechou um acordo com a norte-americana DuPont Pharma para nacionalizar a produção do ReVia, medicamento usado no tratamento do alcoolismo. A iniciativa irá acirrar a concorrência - e baixar os preços - num mercado que movimenta hoje R\$ 4 milhões e é liderado pela Medley e Sanofi-Aventis. A Cristália projeta alcançar a liderança em receita, conquistando 50% de participação.

O ReVia é um medicamento mais caro e tecnologicamente mais sofisticado que os concorrentes. Segundo o laboratório,

sua vantagem é não atuar como uma droga aversiva, que causa efeitos colaterais quando o paciente ingere álcool, mas simplesmente inibindo a vontade de beber. A estratégia da Cristália, que em 2005 entrou no mercado de vacinas e neste ano lançou uma nova droga para disfunção erétil, é avançar também em medicamentos que atuam no sistema nervoso central e de combate à dor.

Agripec associa-se à australiana Nufarm

A cearense Agripec, maior empresa brasileira de agroquímicos, acaba de associar-se à australiana Nufarm. O acordo envolveu a compra de 49,9% das ações da Nufarm, que entrará em sinergia tecnológica e comercial com a Agripec possibilitando um grande salto conjunto. A empresa australiana, que já vende seus produtos para mais de cem países, terá espaço agora também no mercado brasileiro. A partir dessa associação a Agripec projeta um crescimento de 80% em relação a 2003, impulsionado também pelo lançamento de três novos produtos fungicidas neste ano. Com 43 anos no mercado, a Agripec fabrica vinte diferentes tipos de produtos e atua também no agrogêncio da soja.

Oxiten ganha prêmio

A Oxiten recebeu o prêmio de Melhor Fornecedor de Solventes Oxigenados do Mercado Brasileiro de Tintas. Organizado pela revista Paint & Pintura, o prêmio foi o resultado de uma avaliação realizada junto a 71 fabricantes de tintas, que respondem por cerca de 85% da produção nacional. O bom relacionamento técnico e comercial com os clientes, a atenção constante às demandas e a agilidade na entrega dos produtos foram fatores decisivos para a Oxiten conquistar mais esse reconhecimento.

Falta a continuação do painel

Matéria Sergio Paulino/Claudia
Chamas ou Artigo Cícero
Gontijo

Matéria Sergio Paulino/Claudia
Chamas ou Artigo Cícero
Gontijo

Matéria Sergio Paulino/Claudia
Chamas ou Artigo Cícero
Gontijo

COMITÊ FARMOQUÍMICO

Em reuniões realizadas nos meses de outubro e novembro, o Comitê Farmoquímico da Abifina discutiu a formulação de uma posição da entidade em matéria regulatória de fármacos, com o objetivo de defendê-la junto à Anvisa, e examinou os seguintes temas: uso do poder de compra do estado; parceria público-privada visando alavancar a produção de fármacos no Brasil, e negócios em nível internacional.

FNI

A agenda político-empresarial para o novo governo; a evolução dos programas prioritários do Mapa Estratégico, incluindo detalhamento do status dos principais programas com impacto na agenda, e a recomposição dos Conselhos Temáticos da CNI, foram os temas tratados na XIII Reunião do Fórum Nacional da Indústria, realizada em Brasília no final de outubro. O presidente da Abifina, Luiz Guedes, participou do evento.

SEMINÁRIO MCT

Para avaliar a adequação da oferta pública às necessidades das empresas, o Fórum Franco-Brasileiro de Inovação Tecnológica, realizado no início de novembro em São Paulo, realizou uma mesa-redonda que contou com a participação, entre outras entidades, da Abifina, representada pelo vice-presidente Nelson Brasil. O evento foi uma iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia, Finep e Embaixada da França.

HOMENAGEM AO EMBAIXADOR ROBERTO JAGUARIBE



A Abifina participou de homenagem prestada ao embaixador Roberto Jaguaribe, que deixou a Presidência do INPI para assumir o cargo de Subsecretário do Ministério de Relações Exteriores para a África, Ásia, Oceania e Oriente Médio. Na gestão de Jaguaribe o INPI transformou-se num órgão estatal dinâmico e atuante, rompendo com um longo passado de inércia. O embaixador fez uma substancial melhoria na infraestrutura da autarquia, assim como valorizou expressivamente os recursos humanos que ali trabalham.

REPERCUSSÃO NO SETOR AGROQUÍMICO



Mais adiante, a representante da Agripec participou também de uma reunião do Sindag para discutir problemas como pagamentos de taxas, Sisret e outros enfrentados pelas empresas agroquímicas junto ao Ibama.

Por solicitação do setor privado, o presidente e o diretor do Ibama, respectivamente Marcus Barros e Márcio de Freitas, receberam entidades empresariais – entre as quais a Abifina, representada por Maria Antonieta Batagello, da Agripec – para discutir temas de grande repercussão no setor agroquímico. O procurador-chefe do Ibama, Sebastião Azevedo, decidiu formar grupos técnicos para equacionar os problemas.

PESQUISA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CIÊNCIAS DO MAR

Realizou-se em Florianópolis, no mês de outubro, a 1ª Seção da Oficina de Trabalho intitulada “Pesquisa e Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar”. O objetivo foi identificar as carências na área das Ciências do Mar, incluindo problemas relativos à qualidade dos recursos humanos que estão sendo formados, e propor sugestões tanto de caráter geral quanto para o aprimoramento de RH. Estão sendo avaliados os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos, e em breve serão elaboradas diretrizes para uma proposta nacional. A Abifina, representada pelo conselheiro Lélío Maçaira, sugeriu que as pesquisas que apresentarem sucesso sejam contempladas com garantias de contratos pelo governo brasileiro, de forma que haja também garantia de emprego para os profissionais formados nessa área. Maçaira aproveitou a oportunidade para explicar por que o Brasil está importando farmoquímicos e medicamentos genéricos prontos, e falar dos riscos que ameaçam a sustentabilidade do programa nacional de DST-Aids.

FARMANGUINHOS



Em reuniões realizadas nos meses de Empresas do segmento farmoquímico associadas à Abifina prestigiaram a apresentação realizada pelo vice-presidente Nelson Brasil no Centro de Estudos de Farmanguinhos, sobre políticas industriais para o desenvolvimento de fármacos no Brasil.

CÂMARA DE MEDICAMENTOS



A Câmara Setorial de Medicamentos criou grupos de trabalho sobre Tributos, Levantamento de Dados, Insumos e Laboratórios Oficiais, com o objetivo de avaliar e apresentar relatórios conclusivos sobre medidas para modificar esses aspectos no sentido de melhorar o acesso da população brasileira a medicamentos. A Abifina irá participar dos grupos de Tributos e de Insumos, representada por Nicolau Lages, Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos da Nortec. Pretende-se que esses grupos apresentem seus relatórios finais à Câmara no início de 2007.

GHS

Na Oficina de Divulgação do Sistema Globalmente Harmonizado (GHS) de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (Livro Púrpura), evento ocorrido em São Paulo na sede do Sindag, a representante da Milenia e da Abifina Andréa Nhoato teve a oportunidade de assistir à apresentação de uma abordagem simples e coerente para definição e classificação de “hazard” provenientes de produtos químicos e para a comunicação de informações através de rótulos e fichas de informações de segurança. Andréa também participou, na sede do Siquirj, de seminário sobre GHS promovido pela Abifina em parceria com o Ministério da Saúde.

AUDIÊNCIA ALERJ

Para discutir temas de interesse do segmento agroquímico que vêm sendo tratados pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Guedes e Nelson Brasil, respectivamente Presidente e Vice-presidente da Abifina, tiveram audiência com o Presidente da Casa, Deputado Jorge Picciani, e com os líderes do Governo e do PMDB.

CEB

A Abifina foi representada pelo seu diretor de Comércio Exterior, José Alberto de Senna, e pela engenheira Noemy Padilha, na reunião da CEB realizada no final de outubro, que contou com a participação do embaixador Régis Arslanian. Foram discutidos os resultados da consulta OMC-PMDRs (Duty Free, Quota Free) e a VI Reunião Plenária do MEBF, que ocorreria em Buenos Aires no início de novembro.

SEMINÁRIO STJ

O Conselho da Justiça Federal/Centro de Estudos Judiciários, o INPI e o Ministério da Saúde realizaram no início de novembro, no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, o Seminário de Estudos Jurídicos Sobre a Propriedade Industrial. Temas como extensão de prazo de patentes e possível inconstitucionalidade de patentes pipeline, que se acham sob análise nos tribunais, foram objeto de discussão. A Abifina, representada pelo prof. Cícero Gontijo, considerou o evento uma iniciativa notável, na medida em que se buscou um transparente debate técnico sobre tema da maior relevância para a soberania nacional. A propriedade intelectual foi tratada como instrumento de desenvolvimento econômico, tecnológico e social – conceito que a Abifina sempre defendeu como inerente ao sistema patentário, e que somente agora passa a ser adotado pelo País.

CASA CIVIL



O Presidente da Abifina, Luiz Guedes, acompanhado por dirigentes do Sindag e da Andef, participou de reunião realizada na Casa Civil com o objetivo de examinar e comentar a minuta de Decreto preparada naquele órgão visando regulamentar a comercialização de defensivos agrícolas produzidos no Mercosul.

LATN

Temas prioritários da agenda comercial e econômica do Brasil foram abordados na Oitava Reunião Anual da Latin American Trade Network – LATN, realizada em novembro no Centro de Convenções da Fundação Armando Álvares Penteado. Promovido pela LATN em parceria com o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), o evento contou com a participação da Abifina.

COMITÊ PI

Patenteamento em biotecnologia foi o tema da reunião do Comitê de Propriedade Intelectual realizada em outubro. A Abifina convidou consultores ad hoc a fazerem apresentações sobre a situação mundial nessa área, as tendências que estão se configurando, o que se tem patenteado no mundo em biotecnologia (biocatálise e biotransformação), bem como sobre o que determina a lei brasileira com respeito a esse tema.

GRUPO PATENTES

O Grupo de Apoio Jurídico da Abifina ao INPI realizou no início de outubro mais uma reunião com o objetivo definir as ações da entidade como amicus curiae em processos judiciais movidos por empresas detentoras de patentes contra decisões do INPI. Tais decisões, que vêm impedindo indevidas e sucessivas prorrogações em prazos de patentes, pleiteadas no intuito de ampliar monopólios com prejuízo para o desenvolvimento econômico e social do País, finalmente começam a ser endossadas pela Justiça.

INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL



PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS NO MERCOSUL

Com o objetivo de capacitar pessoal em metodologias para análise de risco em produtos fitossanitários na área do Comitê de Sanidad Vegetal del Cono Sur (Cosave), realizou-se em novembro, na cidade de Assunção (Paraguai), o “Taller de Aplicación en la Agricultura de Normativas sobre Productos Fitosanitarios en la Región del Cosave”, que contou com a presença da representante da Abifina Francielli Kuller, dos quadros da Milenia. O referido Comitê reúne Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

ENCONTRO DO SETOR QUÍMICO



Representada pelo seu vice-presidente Nelson Brasil, a Abifina participou de encontro do setor químico com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do governo do Estado do Rio de Janeiro, Maurício Chacur, e com o Presidente da Codin, Hélio Moreira.

Falta título

O Grupo MAPPEL, com fábricas em São Paulo e no Rio de Janeiro, atua na terceirização de produção e embalagem nas áreas farmacêutica, cosmética e alimentícia. Tem como missão; oferecer serviços de alta qualidade, produzindo medicamentos cada vez mais próximos da perfeição e propiciar que o trabalho de seus funcionários seja executado com a mais alta dignidade.

Acredita que a missão de garantir o melhor produto com responsabilidade social, seja sua principal marca.

Na área farmacêutica, há mais de 50 anos, o Grupo MAPPEL dispõe de um corpo técnico especializado na fabricação e embalagem de formas farmacêuticas sólidas seguindo padrões e normas de segurança com precisão e qualidade.

Com a necessidade de uma prestação de serviço altamente qualificada, atendendo a rigorosos padrões de qualidade, a MAPPEL está constantemente se modernizando para melhor atender seus clientes.

As melhorias das condições técnicas, operacionais e a especialização contínua da equipe técnica tornaram-se a principal marca para o sucesso da empresa.

Sempre que solicitada pelos clientes, se coloca à disposição para contribuir para as soluções dos problemas farmacotécnicos e analíticos dos produtos fabricados, criando um elo de confiança e respeito com as empresas.

A Unidade Farmacêutica possui design moderno e máquinas de alta performance, qualificadas nos requisitos de Instalação e Operação, buscando proporcionar menor tempo de produção e melhor eficiência nos processos produtivos.

A fábrica recebeu, nos últimos cinco anos consecutivos, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (BPF), expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com licença especial para produtos da portaria 344/98. Isso significa que a MAPPEL pode assegurar a qualidade em todas as fases do processo produtivo.

Dispõe de áreas Grau D (classe ISO 8 pela norma ISO 14.644-1, a antiga classe 100.000) em todos os ambientes de fa-

bricação e embalagem primária, onde as salas são climatizadas e construídas em vidro e aço inox. Possui sistema validado de purificação de água, por Osmose Reversa de Duplo Passo, abastecendo todos esses setores.

Todas as etapas do processo produtivo são acompanhadas pelo Controle de Qualidade, com pessoal técnico treinado e qualificado. Para fazer este monitoramento, desde a análise da matéria-prima, material de embalagem, produtos a granel, produtos em processo e produtos terminados, a empresa conta com laboratórios físico-químico, microbiológico e em processo, com equipamentos de alta tecnologia. O sistema de Garantia da Qualidade se encontra totalmente implantado, garantindo o cumprimento das Boas Práticas de Fabricação e Boas Práticas de Laboratório.

Esse importante projeto da Petrobras ensinará o aproveitamento de inúmeras correntes gasosas e líquidas. Brasil!

Preocupados com a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, a empresa utiliza os melhores recursos no tratamento de seus resíduos industriais.

Dessa forma, a MAPPEL cresce com o lema: "Produtividade com Qualidade" e transformou-se na principal empresa no ramo de terceirização na produção de medicamentos no Brasil, indicando que a empresa está no caminho certo do crescimento contínuo com qualidade inquestionável.

Especializada na terceirização de produção de medicamentos sólidos nas formas de comprimidos, comprimidos revestidos, drágeas e cápsulas, com alta qualidade, comprovada ao longo do tempo, pelos principais clientes das indústrias farmacêuticas nacionais e multinacionais, tais como; Roche, Abbott, Schering-Plough,

Farmanguinhos, Nikko e Servier.

Especializada, também, na prestação de serviços de embalagem primária, realizada em área classificada e embalagem secundária para o setor farmacêutico, com todos os sistemas de segurança necessários para a garantia do processo. A MAPPEL oferece os seguintes tipos de serviços, nas mais variadas embalagens, tais como: Blister, Strips, Sachets e Encartuchamento Automático.

A MAPPEL Laboratórios, desde 1955 no mercado de terceirização de produção e embalagem de medicamentos, participou ativamente dos principais avanços de desenvolvimento do setor, sempre com caráter inovador, particularidade que deu condições de participar de toda cadeia produtiva do setor farmacêutico.

Foi desta forma que, à partir do ano de 1992, definitivamente consolidou sua participação na etapa de fabricação de medicamentos, tendo como seu principal cliente a multinacional Francesa Servier do Brasil, e desde então, foram criadas as condições necessárias no desenvolvimento de novas parcerias, em especial trabalhos voltados para produtos especiais como medicamentos ARV's, participando de forma pioneira no lançamento do "AZT Brasileiro" em Cápsulas de 100mg que foi produzido nas instalações da MAPPEL.

No final da década de 90 ainda na linha de ARV's, trabalhou no desenvolvimento dos medicamentos à base de Didanosina, Nevirapina, Lamivudina e Estavudina e, em 2002 e 2003, participou no desenvolvimento da formulação e na produção do medicamento Indinavir Cápsulas, todos voltados para abastecer o programa DST/AIDS do Ministério da Saúde.

A capacidade de produção da MAPPEL é de aproximadamente 100 milhões de cápsulas/ano, 1,2 Bilhão de comprimidos/ano e 60 milhões de blister/ano.

Está credenciada junto a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep concorrendo com Projeto de Financiamento de Subvenção Econômica para desenvolvimento de três medicamentos Inovadores no Brasil.

Consultoria em Comunicação Corporativa

- Planejamento de Comunicação
- Websites Corporativos e Comerciais
- Projetos para Internet e Intranet
- Publicações Customizadas
- Programas de Relacionamento
- Comunicação Interna
- Campanhas Institucionais
- Projetos em Responsabilidade Social



Uma nova parceria da ABIFINA e da Protec
www.scriptorio.com.br ▪ (21) 2532-6858

Saber o que fazer é importante,
como fazer é fundamental!

A KF é uma empresa de Consultoria que conta com profissionais comprovadamente experientes que podem ajudar a sua empresa a atingir os resultados desejados.

GESTÃO EMPRESARIAL

Logística (PCP, compras, armazenagem e distribuição)
Gerenciamento de risco, planejamento e análise financeira

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Seleção de soluções de sistemas
Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação
Outsourcing/Help Desk e projetos em SAP-R/3

GESTÃO POR PROCESSOS

Revisão e Implementação de Processos
Implementação de Software de Gestão de Processos que, entre outros, viabiliza:

- Automação de processos específicos (Integrados ao ERP do cliente)
- Workflow e gerenciamento de documentos
- Redução de custos com outros sistemas

www.kfbc.com.br • 11 3846 9739

KF

BUSINESS CONSULTING



Educação e cultura, palavras que transformam vidas.

Desenvolvimento social só se consegue através da educação e da cultura.

A Milenia é uma empresa que acredita que são estas as duas fatores que promovem a transformação e o desenvolvimento da sociedade. Educação e cultura são o caso do nosso programa de Responsabilidade Social: o Vivor Comunitário.

Através dele, a Milenia implementou o Projeto Formare para atender aos jovens de famílias de baixa renda e inseri-los no mercado de trabalho, realiza mensalmente cursos educativos de geração de renda para as comunidades vizinhas às suas fábricas, patrocina projetos culturais e de preservação ambiental em Londrina e Tebuar.



Soluções que valorizam a vida

Parceiro de 2014



www.milenia.com.br